

NÓS: OS TROPEIROS

Entre as inúmeras possibilidades que naturalmente se apresentam para a celebração dos 150 anos de reconhecimento de Montes Claros como cidade, que completar-se-ão em 2007, a Secretaria Municipal de Cultura fez sua opção e está propondo à sociedade uma “comemoração continuada”, que tem na cultura, antropologicamente definida, seu fundamento. Trata-se, antes de mais nada, de uma modalidade de comemoração que não se restringe à data, cuja importância maior passa a ser a de referência do ápice de uma série de ações socioculturais. A data em si passa a ser uma espécie de ponto de chegada de um processo que, iniciando-se em agosto próximo, desdobrar-se-á por dois anos.

A “comemoração continuada” é, portanto, um conceito novo de comemoração que visa conferir um significado outro à data, transformá-la em marco de um tempo novo na cidade, um tempo de “montes” mais “claros” em to-

dos os sentidos, mas principalmente no que concerne à construção da cidadania. Tal conceito, obviamente, não é gratuito, está embasado num determinado ponto de vista sobre Montes Claros, conforme exposto em solenidade no Centro Cultural Hermes de Paula, em 18 de abril último, por ocasião da apresentação do projeto pela Secretaria de Cultura. Esse ponto de vista não pretende ser e, de fato, não é propriedade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, mas de todos aqueles que vivenciam criticamente a cidade.

Modos de formulação

A princípio, essa premissa tende a soar como exclusivista, como se estivéssemos pensando apenas a partir dos letrados, daqueles que, tendo condições materiais e espirituais favoráveis, refletem categoricamente sobre a cidade, em especial na Universidade, na administração pública em geral, nas elites econômicas e culturais. Mas não: estamos tomando a palavra crítica em sua acepção mais ampla, ou seja, de “crisis”: vivenciam a cidade





criticamente todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão implicados em sua crise, estão em movimento, movimentando e movimentando-se, enfim, vivos. Neste sentido, o garí, o pedreiro, o metalúrgico e o motorista, por exemplo, vivenciam criticamente a cidade tanto quanto o médico, o professor, o jornalista, o advogado, o arquiteto, o artista, o estudante, o pesquisador, o político etc, todos estão em relação direta com a cidade, operando sobre ela.

Motivadas pela experiência urbana, as ações cotidianas desses sujeitos passam a mover a cidade e, ao movê-la, transformam-na inevitavelmente, não por meros caprichos, mas porque essa transformação é fundamental para que a vida na cidade tenha sentido. Não se trata, portanto, de ações insignificantes, irresponsáveis, irrefletidas, mas de ações sempre críticas, que se diferem apenas no que diz respeito ao modo de formulação, o que não lhes tira, evidentemente, a criticidade, o teor crítico, antes o realça. O modo de formulação dessas ações por parte daqueles que estão situados às margens da cidade, excluídos do centro historicamente delimitado, diferencia-se, naturalmente, do modo de formulação daqueles genericamente tratados como incluídos. Diferença que define justamente esses modos como críticos, derivados de um senso não-comum.

Com efeito, é a partir dessa diferença que é possível dizer que os formuladores dessas ações, incluídos e excluídos, pretendem contribuir, dentro de suas possibilidades, para alterar o rosto da cidade, o formato através do qual a cidade se nos apresenta. A igualdade nessa formulação das ações - os moradores do Independência percebendo a cidade como os moradores do Ibituruna, para aludir a dois pontos extremos de Montes Claros - revelaria, no mínimo, uma inconsciência sobre a cidade. A diferença na formulação revela, sem dúvida, uma consciência sobre o lugar que cada sujeito ocupa na cidade, um dado fundamental para quaisquer intervenções realmente produtivas

em relação ao todo cidadão, digamos, à cidade em geral. A consciência sobre o lugar equivale a uma consciência sobre a parte, que depende do todo - e vice-versa, neste caso, muitas vezes é relativo.

Entendamos este raciocínio a partir da consideração de uma hipótese descabida: se extirpássemos o bairro Independência de Montes Claros, não comprometeríamos o estatuto de uma cidade, que continuaria sendo tida e havida como cidade. Mas se extirpássemos os demais bairros deste espaço em que se localiza o Independência, aí, sim, comprometeríamos esse estatuto, não haveria mais a cidade de Montes Claros conforme o mapa, provocaríamos algo como uma micro-catástrofe geopolítica. O Independência, assim como qualquer outro bairro, é, neste nosso raciocínio, a parte que definitivamente depende do todo, o território em uso dentro de um determinado espaço, que só é território em relação a um espaço mais amplo, lembrando aqui as categorias exaustivamente tensionadas por Milton Santos, bem como, no âmbito filosófico, por Gilles Deleuze.

A parte rebelde

Todo bairro tem em si - e o nome que tomamos como exemplo não poderia ser melhor - uma vontade de independência, constituindo, pois, uma espécie de parte rebelde. Tem porque, no inconsciente dos seus moradores, todo bairro é pedaço significado, sacralizado, em relação a um todo, a cidade, visado como algo descaracterizado, sem identidade, pertencente a todos e a ninguém. Não é que os moradores dos bairros, ricos ou pobres, não tenham razão, mas a questão é que essa razão, ao ser radicalizada, não está menos passível de, como na tela de Goya, produzir monstros, no sentido corrente do termo. E realmente tem produzido - Montes Claros não poderia ser exceção - em praticamente todos os grandes centros urbanos, especialmente a partir dos anos 60 do século passado.

São freqüentes hoje em dia verdadeiras batalhas entre moradores de bairros diversos, em que “gangues” de jovens se eliminam como parte de um plano de marcação de território. A mídia se ocupa insistentemente da denúncia daquilo que seria o objetivo específico dessa marcação, qual seja, o tráfico de drogas. Mas não nos parece menos importante, de forma alguma, revelar que o objetivo geral, digamos, dessa marcação radica na questão da identidade coletiva, no desejo que uma coletividade nutre de ser diferente em relação às outras coletividades, de ser comunidade, uma camada internamente coesa da população: dizendo que o território é seu, os moradores também dizem que esse território são eles, como quem diz eu sou Cruzeiro, eu sou Atlético ou, para lembrar outro Milton, agora Nascimento: “Sou do mundo, sou Minas Gerais”.

Todavia, essa lembrança nos chama a atenção para um aspecto decisivo da questão, que é preciso considerar: eu não seria do mundo se não fosse de um Estado. Assim: só somos em relação a um termo de referência, mais ainda, só somos em relação a algo que, de alguma maneira, é diferente do que somos e, por isso mesmo, serve de estímulo para que sejamos. Podemos compreender que a diferença é positiva, antes de tudo, por nos provocar a ser diferente, que reside nisso sua positividade. A diferença seria, naturalmente, negativa se não existisse enquanto tal, se se apresentasse como algo igual àquilo que estamos sendo. E, retomando nosso exemplo geográfico montes-clarense, se o Independência fosse igual ao Ibituruna, se todos os bairros fossem iguais, não haveria cidade real, mas apenas um ideal de cidade, possível, é claro, mas apenas no mundo das idéias, não no nosso cotidiano mundo das coisas.

O ideal e o real

Naturalmente, todos temos em mente uma cidade ideal, a Montes Claros que gostaríamos que existisse, sem violência, sem

desemprego, sem poluições etc. Nossa expectativa de cidade ideal aqui não se difere daquela que se tem hoje em relação às outras cidades-pólos regionais, bem como as capitais pelo país afora. Também Montes Claros caminha a passos largos para um colapso urbano em razão de problemas sociais que marcam o país como um todo. Previsível que, em face desse quadro, confundamos nossa expectativa de cidade ideal com aquilo que se pode entender, ao pé da letra, como ideal de cidade, no sentido idealista. Parece-nos que, por uma questão de bom senso, a cidade em si deve se colocar antes do nosso ideal, antes, portanto, de uma percepção individual sobre a cidade.

Devemos partir da cidade, de sua dimensão real, para encaminhar ações capazes de transformá-la numa cidade ideal. Não devemos, recolhidos em nossa solidão, perguntar apenas a nós mesmos, ao nosso ideal, sobre o que devemos fazer para melhorar a cidade. Devemos perguntar à própria cidade, à realidade que nela tem lugar, à realidade que é inerente à cidade, o que devemos fazer, pois é ela mesma que tem a resposta. Seus problemas, para nos valermos de um entendimento lógico, só existem porque para eles existem soluções, não existiriam se fossem insolúveis. Constitui problema, por exemplo, a precariedade do patrimônio histórico edificado, mas constitui solução a revitalização desse patrimônio, sua utilização como espaço cultural que pode gerar receitas tanto para a iniciativa privada quanto pública, como se observa em tantas cidades.

À medida que consideramos a cidade real, atingimos a compreensão de que seu tecido não é homogêneo, como nos parece num plano ideal, mas decididamente heterogêneo. Ainda que nos esforcemos, não conseguimos promover uma cabal redução sociológica da cidade, demarcar de maneira decisiva seu limite sociocultural, afirmar categoricamente, por exemplo, aqui, no cen-



tro, é Montes Claros e ali, perto da fábrica de cimento, não é Montes Claros. A cidade resiste à limitação como que a demonstrar que sua natureza é mesmo excessiva, o que se deve evidentemente ao fato de que essa natureza é atravessada pelo humano, é uma natureza humanizante, senão rigorosamente humana. O humano é que, atuando como força naturante dentro da natureza da cidade, alarga sempre seu sentido, ultrapassando determinações geográficas, econômicas, jurídicas, políticas etc.

Reinventar a relação

Aos olhos humanos, a cidade deve corresponder a necessidades presentes, do tempo presente em que se desenrola a vida, necessidades prementes, portanto. Mas exatamente aqui que a questão se complica. Ora, o presente em que nos encontramos não é idêntico ao presente do início do processo de ocupação deste espaço que fascinava os bandeirantes pela claridade dos montes. No presente de Antônio Gonçalves Figueira e seus companheiros, nos derradeiros anos do sécu-

lo XVII, não só podia-se como devia-se encarar o tempo presente de maneira exclusivista. O presente ali era mata virgem, animais selvagens, pestes variadas, índios “brabos”, enfim, adversidades. Era preciso, a exemplo dos “achadores” do país, violentar esse presente, tirá-lo do meio do caminho, não em função do tempo passado, tampouco em função do tempo futuro, não em nome de uma preocupação objetiva, digamos, com as gerações futuras.

Parece-nos plausível entender que, para os fundadores de Montes Claros, violentar o presente era parte de um programa de sobrevivência, com o que não queremos dizer, obviamente, que aqueles homens eram absolutamente tapados, “tabulas rasas” sem qualquer percepção histórica. Sua percepção histórica, aquilo que lhes orienta no processo de produção das condições de vida, era pejorativamente selvagem, muito mais que aquela das tribos mais selvagens, uma vez que tomava a natureza, o espaço circundante, como um reino inimigo, que devia, por isso mesmo, ser combatido. Tudo pelo progresso - não pode-

ria ser outro o lema dos bandeirantes. Fé cega que ganha corpo no século XVIII com a empresa iluminista e acaba por se converter em dogma com as muitas correntes científicas do século XIX.

O século XX, com seus grandes e pequenos holocaustos, revelou até aonde pode chegar a “ideologia do progresso”, sustentada por um princípio de “razão instrumental”, e, nas suas décadas finais, desafiou-nos a reinventar a relação com o tempo e o espaço, sob pena de não mais sermos nem estarmos no mundo, de nos inviabilizar terminantemente enquanto humanos. Não podemos dizer que já sabemos como promover essa reinvenção, apesar dos muitos movimentos ambientalistas, apesar de toda uma tradição de discurso ecologista, enfim, apesar dos gritos dos povos do cerrado e das extraordinárias festas do pequi em Montes Claros. Contudo, avançamos a cada dia no sentido de entender que a reinvenção da nossa relação com o tempo e o espaço só pode se efetivar a partir da colocação do humano no centro dessa questão. Espaço e tempo não são realidades autônomas, assim como nenhum ente é autônomo, especialmente o homem aparente - são dimensões de um mesmo mundo, ou melhor, do mais complexo dos mundos.

Elogio do tropeiro

Tendo como espinha dorsal a preocupação com a construção da cidadania, o projeto de “comemoração continuada” dos 150 anos de Montes Claros coloca-se em franco diálogo com estas questões aqui aguçadas. Não podemos ignorar que a desumanidade que permeia o cotidiano das grandes cidades brasileiras e estrangeiras está diretamente ligada a um esquecimento do humano. Esse esquecimento se processara historicamente em virtude da relação com a cidade, é resultante inequívoco da experiência da cidade. Foi na cidade que pessoas que tinham o que comer

na senzala, apesar de tudo, transformaram-se, gradativamente, em famintos, em mendigos, em favelados, em marginais etc. Também foi na cidade que se chegou à compreensão da plausibilidade de uma produção suicida, naturalmente, de bens e serviços, indiferente aos limites da natureza.

A experiência da cidade levou a uma degradação que, muito antes de ser externa, é interna: localiza-se no interior do próprio homem. Este, em suas variantes, parece-nos confrontado por duas possibilidades: abandonar a cidade, regressando ao meio rural, ou re-significar sua experiência da cidade. Essa re-significação, por sua vez, pode se dar a partir de um viés individual, dosado num idealismo, de que são exemplo os condomínios fechados, com sua feição de microcidades. Mas também pode se dar essa re-significação, claro, a partir de um viés coletivo, dosado num “socialismo”. Ambos os vieses são lícitos, obviamente, mas o primeiro pode ser adotado apenas por uma minoria, detentora de maior poder aquisitivo. A transferência dessa minoria para os condomínios não soluciona o problema das grandes cidades, pelo contrário, até aguça esse problema, estimulando a rebeldia de setores da maioria obrigada a permanecer na cidade, como já se observa pelo país afora.

Legitimado pela maioria dos que moram na cidade, o poder público em geral - municipal, estadual e federal - tem a difícil missão de re-significar a experiência do homem na cidade a partir do viés coletivo, promovendo ações que beneficiem a maioria da população. Essas ações devem interagir com aquilo que constitui um plano comum dessa maioria, da qual faz parte, para o poder público, também a minoria, pois que não lhe é concedido o direito a discriminar. Constitui esse plano comum, naturalmente, a cultura, o elo originário dos que estão sobre um determinado solo e, por que não dizer, sob um determinado sol. Enquanto, como aspecto inerente à sua “movência” pelo tempo, o espaço citadi-

no nos separa, a cultura, através das suas muitas manifestações, aproxima-nos: no meio das “festas de agosto” em Montes Claros, pouco importa quem é pobre ou rico, quem é preto ou branco, quem mora no Ibituruna ou no Independência, estabelece-se um plano comum nas relações. Plano ilusório - pode-se objetar -, mas, paradoxalmente, essa ilusão configura um processo de re-humanização de uma coletividade, espécie de trégua na guerra cotidiana da cidade. E, sendo a memória um dos principais elementos de manifestações como as “festas de agosto”, podemos dizer que a cultura tem a função primordial de nos despir dos preconceitos civilizatórios de cada dia e harmonizar com o modo de ser que inicialmente experienciamos, aquele modo idêntico às nossas ações, nossa identidade fundamental, portanto.

Assim é que, tendo primazia na “come Amoração continuada” dos 150 anos de

Montes Claros, fundamentando as ações que serão implementadas, a cultura ensinará o re-encontro dos montes-clarenses com sua identidade originária, perdida ou ameaçada de se perder. Identidade que só identifica um povo, realmente, porque se difere daquela das outras regiões de Minas Gerais, da Bahia etc. Identidade difícil de se definir exatamente porque é a cristalização de tantas identidades, do bandeirante, do fazendeiro, do sertanejo, do negro, do índio etc. Tantos agentes históricos acabam por tornar plausível o reconhecimento do montes-clarenses, bem como dos demais norte-mineiros, na imagem do dispersivo por excelência nestas terras há até pouco tempo: o tropeiro. Talvez possamos ver neste agente histórico a idéia precisa do que é ser, categoricamente, montes-clarenses, a “carga” que implica, idéia digna de considerarmos como uma provocação ao longo da comemoração dos 150 anos da cidade.

REFERÊNCIAS

Para a realização deste ensaio, foram utilizados os seguintes livros ou textos, que informam, em maior ou menor grau, o argumento: Efemérides montesclarenses: 1707-1962, de Nelson Vianna, Rio de Janeiro, Pongetti, 1962; Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos, de Urbino de Sousa Vianna, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916; Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes, de Hermes Augusto de Paula, Montes Claros, Edição do Autor, 1957; Raízes de Minas, de Simeão Ribeiro Pires, Montes Claros, Edição do Autor, 1979; Formação social e econômica do Norte de Minas, de Marcos Fábio Martins de Oliveira et. aliii., Montes Claros, Editora Unimontes, 2000; História Primitiva de Montes Claros, de Dário Teixeira Cotrim, Montes Claros, Editora Unimontes, 2003; Pensando o espaço do homem, de Milton Santos, São Paulo, Hucitec, 1982; Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional, Idem, São Paulo, Editora Hucitec, 1997; O país distorcido: o Brasil, a Globalização e a cidadania, Idem, Org. Wagner Costa Ribeiro, São Paulo, Publifolha, 2002; Cultura: um

conceito antropológico, de Roque de Barros Laraia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001; “Ética: demonstrada à maneira dos geômetras”, de Baruch de Espinosa, Trad. Joaquim de Carvalho, In: Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1991; Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, Trad. Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985; O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil, de Darcy Ribeiro, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII, de Laura de Mello e Souza, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999; Magia e técnica, arte e política, de Walter Benjamin, Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1994; A cultura das cidades, de Lewis Mumford, Trad. Neil R. da Silva, Belo Horizonte, Itatiaia, 1961; Le temps et l’autre, de Emmanuel Lévinas, Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 1998; Humanismo do outro homem, Idem, trad. Pergentino S. Pivatto et. aliiii, Petrópolis, Vozes, 1993; Da existência ao existente, Idem, trad. Paul Albert Simon et. al., Campinas, Papyrus, 1998; “Identidade e Diferença”, de Martin Heidegger, trad. Ernildo Stein, In: Os pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1991.